

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2013
(Do Sr. LEOPOLDO MEYER)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento da programação orçamentária e financeira referente a transferência voluntária cujo convênio foi assinado em final de mandato.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar torna impositiva a execução financeira de repasses aos Municípios por conta das transferências voluntárias a que se refere o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mesmo que a liberação dos recursos, parcial ou integral, se dê no exercício seguinte ao do encerramento do mandato do Prefeito responsável pela assinatura do convênio ou contrato.

Art. 2º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 25.

§ 4º A liberação de recursos provenientes de repasses aos Municípios por conta das transferências voluntárias a que se refere o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não pode ser interrompida em função do encerramento de mandato do Prefeito responsável pela assinatura do convênio ou contrato.

224FC08946

224FC08946

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica nos casos em que o Prefeito eleito manifestar a sua discordância em relação ao objeto do convênio ou contrato, desde que com a anuência do órgão responsável pela transferência dos recursos.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos este projeto de lei complementar para coibir uma prática condenável que tem ocorrido geralmente no encerramento de mandato dos Prefeitos que acabam não se reelegendo ou que não conseguem fazer seus sucessores.

Estamos referindo às situações nas quais o Município é contemplado com repasses por conta, em boa parte dos casos, de emendas parlamentares, cujos recursos são liberados em parte ou integralmente no exercício financeiro seguinte ao da assinatura do convênio. Quando esta situação ocorre no final de mandato, há situações nas quais o Prefeito que está saindo, se não faz o sucessor, em represália, solicita à Caixa Econômica Federal a suspensão de todas as operações desta natureza envolvendo o Município, mesmo que tal decisão redunde em prejuízo para a população local.

O nosso projeto de lei complementar altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, justamente para impedir que que tal situação não mais prospere, sendo, então, vedada ao Prefeito que sai a prerrogativa de interromper a liberação de recursos dos convênios celebrados não só com a União mas também com os Estados, especialmente quando a liberação de recursos ocorrer no mandato seguinte.

Estamos oferecendo tal prerrogativa apenas ao Prefeito que inicia o novo mandato, desde que a exerça com a indispensável anuência do órgão transferidor dos recursos a que se refere o convênio ou contrato.

224FC08946

224FC08946

Em face do exposto, estamos convictos de que contaremos com o apoio dos nobres Parlamentares a esta iniciativa legal ao longo de sua tramitação legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado LEOPOLDO MEYER